

Fortaleza, setembro de 2026.

Queridas advogadas e queridos advogados,

Dirijo-me a vocês, colegas de profissão, para falar da importância de elegermos uma bancada progressista e comprometida com a democracia para o Congresso Nacional.

A história do Brasil sempre foi atravessada por desafios à construção efetiva da democracia. Ela nunca esteve plenamente consolidada entre nós; foi, ao longo do tempo, repetidamente ameaçada e confrontada. Nós, que fizemos da defesa dos direitos e das garantias fundamentais o ofício de nossas vidas, sabemos o quanto essas conquistas são frágeis e o quanto exigem vigilância permanente.

Sou advogado e militante dos direitos humanos há mais de 30 anos e considero a Constituição de 1988 uma das maiores conquistas do povo brasileiro. Os ditames de nossa Carta Magna nos indicam o caminho da superação das desigualdades sociais e da pobreza, rumo a uma sociedade livre, justa e solidária, que promova o desenvolvimento e o bem de todos, sem preconceitos de qualquer natureza.

Essa é, e deve continuar sendo, a base de uma atuação parlamentar. O Congresso Nacional é justamente o espaço em que os embates mais se acirram e onde mais se ameaça a sociedade sonhada por aquelas e aqueles que lutaram pelo fim da ditadura de 1964. Ali, defender a Constituição é defender o próprio Estado Democrático de Direito pelo qual nós, advogadas e advogados, temos o dever de zelar.

Também é no Congresso Nacional que se evidencia o mecanismo dos freios e contrapesos, colocando a atividade parlamentar no centro da vigilância sobre a autonomia e a harmonia entre os poderes. É fundamental cobrar, por exemplo, a apuração das responsabilidades dos ministros do STF eventualmente envolvidos no escândalo do Banco Master, que desencadeou a maior crise da história da nossa Suprema Corte. Mas cobrar com a sobriedade e a responsabilidade constitucional que a função parlamentar exige. Sem alimentar, no entanto, o teatro das provocações levianas e oportunistas da extrema-direita - que visa apenas a anomia institucional para fazer passar seu projeto de poder autoritário e arbitrário.

Em 12 anos de mandato como deputado estadual, conduzi minha atuação tentando concretizar no Ceará aquilo que desejamos para todo o país. Durante esse período, mantive contato constante com a Ordem dos Advogados do Brasil, inclusive na aprovação da Lei do Piso da Advocacia (Lei 18.303/2023), que, sabemos, ainda é insuficiente, mas se constitui como um importante patamar mínimo remuneratório para a categoria.

Reconhecendo a importância das advogadas e dos advogados na discussão de políticas públicas, sempre convidei representantes das comissões da OAB para se fazerem presentes nas mesas das audiências públicas. Também defendi incessantemente as prerrogativas da categoria, notadamente no âmbito do sistema penitenciário. Por fim, dialogando com esses compromissos, realizamos, em agosto de 2025, uma sessão solene histórica em homenagem ao Grupo Prerrogativas.

Por compreender a importância de ampliarmos nossa voz, coloco-me agora como candidato a deputado federal. A luta do nosso estado precisa ecoar para o Brasil. Por isso, venho pedir o seu voto. Ao lado de todas e todos que acreditam que a soberania nacional, a cidadania e a

dignidade da pessoa humana são a base de nossa luta, queremos levar a Brasília a força e a coragem do povo cearense. Conto com vocês, colegas de profissão, de causa e de esperança, para essa travessia.

E me despeço com as palavras de Thiago de Mello: “Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança.”

A esperança continuará sendo o nosso ofício mais urgente! Estamos juntos!

